

# Emancipação adiada "salva" os índios

FSP  
3.12.78

PAMELA NUNES  
Da sucursal de Brasília

BRASILIA (Sucursal) — "Nossos índios estão salvos. Pelo menos por agora, no apagar das luzes do governo Geisel". A presidência da República, decidiu estrategicamente, "esquecer" por algum tempo, a aprovação do controvertido projeto de emancipação de grupos indígenas que, sem dúvida, iria marcar a atual administração, como esigma de grande responsável pelo etnocídio dos 200 mil índios que ainda tentam sobreviver no que sobrou de seu imenso território".

A comunicação, não oficial, foi feita através de sutis recados da Assessoria de Imprensa do Ministério do Interior que, no início desta semana, distribuiu nota na qual Rangel Reis declarou que não há nenhuma pressa por parte do governo em regulamentar alguns artigos da Lei 6001 — Estatuto do Índio — que tratam, exatamente, da emancipação e tutela dos índios brasileiros.

## RECUO

Muito menos pelos índios do que pela grande repercussão nacional e internacional que o projeto suscitou, a chefia da Casa Militar da Presidência da República — onde o documento estava sendo examinado — achou conveniente adiar a decisão que provocou a formação de uma consciência nacional de tal importância, que nem o conturbado momento político conseguiu abafar.

Durante pelo menos seis meses, desde que o projeto em si começou a ser elaborado, diversas entidades de apoio ao índio foram criadas, como por exemplo, o Comitê Pró-Índio, Seções de São Paulo e Rio de Janeiro. Instituições e profissionais engajados na causa indígena uniram suas vozes num verdadeiro protesto nacional, acabando por intimidar o governo, que recuou, ainda que reservadamente, quanto a levar a termo uma das principais metas do Ministério do Interior no atual mandato.

Gritaram os antropólogos, indigenistas, sertanistas, missionários e os próprios índios, principalmente os Xavantes que, em audiência com Rangel Reis, chegaram a afirmar: "Para que emancipar os índios? Para a gente ter que pagar luz e impostos? O que nós queremos é educação, médicos, roupas, armas e tratores para podermos cuidar da terra", segundo afirmou o cacique Aniceto, de São Marcos (MT).

## REPERCUSSÃO

Mas as coisas começaram a se complicar no momento em que a imprensa divulgou a minuta do projeto que acabou por comprovar que, no mínimo, a medida não tinha outro sentido do que o de deixar os índios à mercê da chamada civilização branca, sem nenhum mecanismo de defesa, pois minimizava a ação tutelar do governo — que embora contestada ainda é a única forma de protegê-los — e sequer lhes dava o direito à propriedade da terra, que permaneceria em nome da União.

Então, por que emancipá-los? Era a pergunta que se fazia. Para os antropólogos, não chegou ainda o momento da emancipação e sim de se cumprir o que estabelece o atual Estatuto do Índio, que fixou para o final deste ano o prazo limite para a demarcação das terras indígenas, prazo este que dificilmente será cumprido antes de um ano (até o momento apenas 60 por cento das reservas foram demarcadas).

Na opinião destes profissionais, o papel do Estado, como bom tutor, é, além delhes garantir a terra, orientar os índios em novas técnicas produtivas, para melhor aproveitamento das suas áreas e introduzi-los nas técnicas de comercialização dos excedentes agrícolas, para permitir-lhes a conquista de sua independência econômica.

Em última análise, disse na ocasião o professor Dalmo Dallari, antes de se pensar em emancipar os índios, temos que prepará-los para que não venham engrossar as fileiras dos bóias-frias.

Já o Conselho Indigenista Missionário foi taxativo: "O índio não pode ser visto como uma peça de museu que permanece alheio às decisões de seu interesse. O índio tem que ser ouvido e precisa ter condições de optar, porque este projeto vai, no mínimo, determinar o futuro desta nossa população que há quatrocentos anos vem sendo expoliada nos seus mínimos direitos à sobrevivência".

## BASTIDORES

Enquanto os segmentos engajados na causa indígena se manifestavam através da imprensa e atos públicos, na Funai a reação ao projeto girava a nível de conversa nos bastidores. Comentava-se, por exemplo, que o próprio presidente do órgão, general Ismarth de Oliveira, não via com bons olhos a medida e que seria capaz de pedir, até, exoneração do cargo, caso o projeto fosse aprovado.

Muito discreto, o sertanista Orlando Vilas Boas também era contra o projeto, embora estivesse participando da comissão responsável pela elaboração da minuta que foi encaminhada, no final deste mês, à Presidência da República. Atualmente, Orlando defende uma maior assistência à Funai através dos demais Ministérios, sugestão que encaminhou ao futuro presidente João Batista Figueiredo e que, segundo o sertanista, foi muito bem recebida.

Comentava-se ainda, a nível "corredor", que o projeto de emancipação nada mais era do que uma forma de favorecer as grandes empresas agropecuárias e aos grupos multinacionais, que cada vez mais ocupam a Amazônia a seu modo, passando por cima de toda e qualquer legislação brasileira que dispõe sobre a utilização de terras devolutas, hoje já quase totalmente ocupadas.

A preocupação não é leviana porque os índios — que em sua grande maioria desconhecem os complicados meandros de uma sociedade capitalista — não hesitariam em trocar alguns milhares de hectares de terras férteis por cinquenta cabeças de bois, como foi o caso dos xavantes, ou mesmo por óculos escuros ou um relógio, artigos da nossa sociedade de consumo que exercem um fascínio compreensível entre eles.

## SALDO POSITIVO

A idéia de emancipar os índios surgiu no discurso de posse do ministro Rangel Reis como a principal meta da sua política indigenista e terminou, ao final de sua administração, quando a sua assessoria de imprensa distribuiu um recado "discreto" aos jornalistas do setor.

Nesse recado, os assessores pediam que não fosse mencionado o nome do ministro do Interior como autor da declaração de que o governo não estava mais preocupado em emancipar os índios e, sim, em demarcar suas terras, naturalmente para não caracterizar o recuo governamental.

Mas a polémica deixou um saldo positivo. A população brasileira, talvez pela primeira vez, tomou conhecimento de que os índios estavam sendo ameaçados. As classes engajadas nesta causa, uniram-se e derrubaram o projeto que já estava em âmbito de Presidência da República.

Além disso, ficou definido pelo futuro presidente que o índio vai merecer uma atenção especial no próximo governo — segundo garantiu o general Figueiredo ao sertanista Orlando Vilas Boas — e que o presidente da Funai, general Ismarth de Oliveira, permanecerá no cargo, mesmo sendo considerado um homem até certo ponto indeciso nos momentos de grandes definições, mas, que apesar disso, é uma pessoa bem intencionada e que, acima de tudo, escuta o índio.